



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



O PAPEL DO PROJETO INFNCIA EM FOCO EM SENSIBILIZAR OS JORNALISTAS SERGIPANOS SOBRE UMA ABORDAGEM MAIS HUMANIZADA E CIDADÃO DO UNIVERSO INFANTO-JUVENIL

Ethiene Ribeiro Fonseca [\[1\]](#)

Eixo temático 22 – Pesquisa fora do eixo educacional

RESUMO

A rotina dos jornalistas que trabalham em jornais diários costuma ser bastante dinâmica e, na produção de algumas matérias, nem sempre é dada a devida atenção a alguns termos ou a algumas temáticas. Pensando nisso, o Instituto Recriando realiza o monitoramento da mídia por meio da clipagem dos principais jornais impressos sergipanos na busca de matérias que façam parte da temática infanto-juvenil. O intuito desse monitoramento não é apenas dar visibilidade às notícias do universo infanto-juvenil, mas também verificar como a imprensa vem retratando esse setor social e incidir junto à imprensa caso ocorra algum equívoco ou abuso por parte dos veículos de comunicação. A proposta desse artigo é descrever como acontece na prática o trabalho que vem sendo feito realizado por esse monitoramento da mídia, ação vinculada ao projeto Infância em Foco, quais os objetivos do mesmo, as ações do projeto, etc.

PALAVRAS-CHAVE: mídia; monitoramento; cidadania.

ABSTRACT

The routine of journalists in newspapers are usually very dynamic and, in the production of some news, is not always given due attention to certain terms or certain themes. Thinking about it, Instituto Recriando performs media monitoring by clipping newspapers of Sergipe looking materials that are part of the thematic juvenile. The purpose of this monitoring is not only to give visibility to the news about children and young people, but also see how the media is portraying this social sector and act with the press in case of any misunderstanding or abuse by the media. The purpose of this article is to describe what happens in media monitoring, action linked to the project Infância em Foco, what's objectives, the actions of the project, etc.

KEYWORDS: media; monitoring; citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Na obra *Infância e comunicação: referências para o marco legal e as políticas públicas*, Andi (2011) explicita a importância em se trabalhar a questão da alfabetização de crianças e adolescentes não apenas visando a educação formal, mas também visando a capacitação para a leitura crítica de outro setor social de grande incidência e de grande relevância na vida de meninos e meninas: os meios de comunicação. O intuito de educar uma criança ou um adolescente para mídia é fazer com que eles entendam como se dá o processo de produção de um programa midiático e, assim, eles também compreendam as motivações que estão por trás deste produto. Assim sendo, acredita-se que essa educação para mídia virá a capacitar os

meninos e meninas a diferenciar conteúdos positivos de conteúdos negativos, gerando um processo mais efetivo, plural e crítico de socialização.

Ressalta-se também que a questão principal da educação para a mídia não é abordar os meios de comunicação apenas pelos aspectos negativos, muito pelo contrário, o principal objetivo de ações educacionais é inserir na educação formal, ou seja, nos currículos das escolas, iniciativas que proporcionem aos alunos e aos professores produzirem conteúdos de autoria própria utilizando-se de recursos midiáticos existentes. Acredita-se que, para que esse processo ocorra da melhor forma possível, é preciso também que essas ações contemplem a família e a sociedade civil. Mas tão importante como educar as crianças e adolescentes para lidarem com a mídia, são os esforços para educar a mídia tradicional com o objetivo de melhorar a cobertura de acontecimentos envolvendo crianças e adolescente.

Andi (2011) afirma que a maneira como as crianças e os adolescentes são retratados nos programas midiáticos é um tema bastante discutido quando se fala na garantia de direitos de meninas e meninos. A participação desse público nos programas de TV, por exemplo, se dá de forma bastante variada, desde programas de entretenimento, sendo indicados para serem assistidos pelo público em geral sem restrições, até os noticiários, que geralmente possuem algumas restrições no tocante à idade do público espectador. Nesta última situação, Andi (2011) acredita que, em muitos casos envolvendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a imprensa acaba cometendo equívocos na cobertura do acontecimento, erros que violam e expõem de maneira negativa meninas e meninos.

Em cobertura que reportam temáticas delicadas, especialmente quando envolvem aspectos de exclusão social, violência e exploração sexual, os parâmetros de proteção à criança e ao adolescente devem ser cuidadosamente observados, levando-se em conta a peculiaridade de condição de sujeito em desenvolvimento (ANDI, 2011, p. 56)

Assim sendo, vê-se que a maneira como a mídia faz a cobertura noticiosa de acontecimentos envolvendo crianças e adolescentes deve ser cercada de muito cuidado ou, caso contrário, o papel social do jornalismo acaba sendo comprometido, produzindo-se notícias que vão contra a garantia dos direitos desse setor social.

2.Preceitos que norteiam o trabalho jornalístico

De acordo com o primeiro capítulo do Código de Ética do Jornalista Brasileiro, disponível no site da Federação Nacional de Jornalistas, o trabalho do profissional de jornalismo é fundamentado pelo direito do cidadão de ser informado, devendo ser proporcionada à população informações de qualidade e que prezem pela veracidade dos fatos. O jornalista também deve ter certos cuidados ao cobrir determinados eventos, não devendo divulgar informações que vão contra os valores humanos ou que promovam o sensacionalismo, principalmente em situações de crime ou de acidente.

Por outro lado, temos um paradoxo difícil de ser solucionado, pois, ao mesmo tempo que as empresas jornalísticas têm esse papel de grande relevância social, elas são também organizações com fins lucrativos, isto é, elas pretendem vender um produto, seja ele impresso ou audiovisual. Mesmo o jornalista tendo uma base de formação sólida, nem sempre ele vai poder exercer todo o código de conduta que rege a categoria, pois ele precisa atender a determinadas diretrizes tendo em vista que ele está inserido em uma empresa e cada empresa tem as suas regras editoriais. E é na corrida pelos maiores índices de audiência ou pelo maior número de vendagem que alguns jornalistas acabam comprometendo a qualidade da informação que pretendem transmitir, caindo muitas vezes no sensacionalismo que o Código de Ética aconselha ser evitado pelos profissionais. Sobre a violação dos direitos de crianças e adolescente, por exemplo, Andi (2011, p.56) apontou alguns exemplos:

O conteúdo jornalístico, em especial, oferece numerosos exemplos de desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, seja por emissoras de televisão e rádio,

por meios impressos ou pela internet. Embora o material noticioso dialogue diretamente com o interesse público e tenha papel central na exposição dos problemas sociais, é necessário que os aspectos de proteção à criança e ao adolescente também estejam contemplados nos processos de apuração, redação e edição.

Andi (2011) aponta que a problemática fica ainda mais grave quando a exposição indevida da criança e do adolescente pela mídia é, na verdade, um recurso para a atração de um maior número de pessoas que vá ler determinada matéria ou assistir a determinado programa. Cada país tem as suas normas do que considera adequado na cobertura jornalística envolvendo crianças e adolescentes e, longe de ser uma ferramenta de censura, essa regulamentação visa evitar que abusos sejam cometidos por profissionais que deveriam primeiramente promover os direitos dessa parcela da sociedade.

O autor também reconhece que deixar de veicular determinada notícia por ela expor de maneira negativa a criança ou o adolescente não é a única ferramenta que a mídia pode utilizar para garantir a cidadania de meninos e meninas. É preciso também que os meios de comunicação estimulem o protagonismo juvenil, ou seja, que esses atores sociais possuam representatividade nos produtos veiculados pela mídia para que, assim, eles possam se inserir de maneira positiva e produtiva nos meios de comunicação.

Sobre os principais problemas envolvendo os registros de crianças e adolescentes na mídia, Andi (2011, p. 57) aponta:

A ausência da voz de crianças e adolescentes, a veiculação de termos pejorativos, a disseminação de visões estereotipadas ou que estigmatizam esta população são, lamentavelmente, elementos verificados com frequência na mídia, exigindo atenção especial por parte de todos os setores da sociedade.

O autor acredita que a participação das crianças e dos adolescentes na mídia merece atenção especial, não importando se a presença desse público acontece em programa de variedades ou em programas noticiosos. Mas ele dedica uma atenção especial à presença de meninos e meninas no âmbito do jornalismo, sendo dever dos profissionais de comunicação não colocar o direito à proteção de crianças e adolescentes em risco utilizando-se como justificativa o direito à informação.

Andi (2011) pondera que o ordenamento jurídico brasileiro ainda deixa a desejar no tocante à proteção da imagem de crianças e adolescentes, que muitas vezes acabam sendo revitimizadas ao terem as suas situações de violação de direitos vivenciadas novamente por matérias jornalísticas, situação em que um problema delicado acaba sendo exposto sem o devido cuidado para um grande número de pessoas. Nesses casos, a criança ou adolescente pode vir a ser reconhecido por pessoas que assistiram ao telejornal ou que leram à matéria do jornal impresso, sofrendo com estigmas que podem acompanhá-lo durante a vida adulta.

O autor afirma que, com o objetivo de coibir esse tipo de atitude irresponsável por parte dos profissionais de comunicação e de jornalismo, seria preciso qualificar a mídia e as pessoas que trabalham nesse setor para que eles fossem melhores capacitados para atuar em temáticas que envolvessem o universo infante-juvenil. Ele também considera importante que haja reconhecimento de bons exemplos na mídia, sejam esses exemplos ações, programas ou profissionais, para que essas atitudes ou pessoas passem a ser lembradas como referência a ser seguidas pelos demais que atuam no setor. Por isso, iniciativas como o Clipping SE, ação vinculada ao projeto Infância em Foco, realizado pelo Instituto Recriando, merecem uma atenção especial.

2.1.Clipping SE: monitoramento da mídia sergipana

O Clipping SE é uma ferramenta utilizada no projeto Infância em Foco para monitorar a mídia impressa sergipana no âmbito das notícias que envolvem direta ou indiretamente os direitos de crianças e

adolescentes. Na prática, acontece da seguinte forma: de segunda a sexta-feira, os profissionais de comunicação do Instituto Recriando fazem a triagem dos principais jornais sergipanos: o Jornal do Dia, o Jornal da Cidade e o Correio de Sergipe, além dos jornais de tiragem semanal, como o Cinform e o Super Popular. Toda notícia que é encontrada nesses jornais e que diga respeito ao universo infanto-juvenil é clipada[1]. Após o processo de triagem, são selecionadas as notícias mais relevantes, que passam por um processo de edição, transformando-se em notas menores e mais compactas. Em seguida, essas notas são enviadas para os endereços de e-mail presentes no *mailing*[2] do projeto Infância em Foco como forma de manter as pessoas informadas sobre os assuntos que envolvem crianças e adolescentes ou temas relacionados aos mesmos. Geralmente, estão cadastrados nesse *mailing* jornalistas, profissionais que trabalham com a garantia de direitos de crianças e adolescentes e pessoas que mesmo não tendo relação direta com a temática do projeto tenham solicitado a inclusão dos seus e-mails no banco de dados do projeto.

Além do envio por e-mail, as notas realizadas pelo Infância em Foco também são disponibilizadas no site institucional e nas redes sociais (Twitter e Facebook) administradas pelo Instituto Recriando, configurando outras alternativas para fazer com que as notícias cheguem até a sociedade de uma forma mais massificada. Mas qual o objetivo de reescrever notícias de jornais impressos? Como afirma Andi (2011), alguns assuntos envolvendo crianças e adolescentes costumam ser bastante delicados, como casos de trabalho infantil, de abuso sexual, de exploração sexual, entre outros. Esses temas são, por si só, bastante complexos, e acabam apresentando um agravante ainda maior, envolvem cidadãos em situação de desenvolvimento especial: as crianças e os adolescentes. Mas nem todo jornalista ou profissional de comunicação tem consciência sobre isso e acaba produzindo textos que, em vez de promover os direitos de meninos e meninas, acaba por violar os mesmos, fornecendo um desserviço à sociedade.

No meio impresso, essa violação de direitos é comumente vista no tocante ao uso dos termos. Devido a motivos diversos como a falta de conhecimento sobre a temática ou à própria rotina jornalística, em que o profissional precisa apurar um grande número de pautas em um espaço de tempo reduzido, alguns textos jornalísticos acabam sendo publicados com termos negativos ou até mesmo pejorativos. Expressões como 'menor' em vez de 'adolescente', 'crime' em vez de 'infração', 'cumprir pena' em vez de 'cumprir medidas socioeducativas', 'portador de deficiência' em vez de 'pessoas com deficiência', 'delinquente' em vez de 'adolescente em conflito com a lei', entre outras. Esses são apenas alguns exemplos de deslizamentos cometidos pela imprensa e pela própria sociedade de uma forma geral. É nesse aspecto que o trabalho do Clipping SE de reescrever as matérias se torna tão importante, pois ele tem como objetivo educar a mídia e a sociedade sobre o uso correto dos termos e das expressões que envolvem determinadas situações acerca de crianças e adolescentes, contribuindo para a melhoria da cobertura jornalística e, assim, promovendo a garantia dos direitos de meninos e meninas.

Para muitas pessoas, a troca de uma palavra por outra ou de um termo por outro pode parecer algo sem importância ou então algo supérfluo, pois a princípio nada vai mudar na situação desses meninos e meninas. Isso não é verdade. De acordo com Bakhtin (1988), as palavras são fenômenos ideológicos, elas trazem no seu interior uma carga de significados muito grande, servindo para demonstrar quais são as estruturas sociais vigentes na sociedade. Ou seja, ao preferir a expressão 'menor' em vez de 'adolescente' a imprensa está, na verdade, refletindo uma convenção social que é atribuída ao sujeito não adulto, que muitas vezes é visto como se estivesse em situação de inferioridade ou talvez em situação de menos direitos e privilégios que indivíduos adultos. É no campo das palavras, aponta Bakhtin (1988) que acontecem os confrontos ideológicos, as relações de dominação, os conflitos sociais. Ou seja, a palavra e o uso dos termos está muito longe de ser uma discussão supérflua e de menor significado. As palavras e os significados que atribuímos a elas são antes um terreno de debate social e de criação ideológica, proporcionando dessa forma um espaço para discussões e também para modificações sociais, pois se a palavra promove a criação e o fortalecimento de ideologias, ela pode abrir espaço para a inserção de novas ideologias e também para o declínio de ideologias antigas, que não mais se adequem às demandas da sociedade.

Por isso, o trabalho do Clipping SE se torna tão importante, ele tem como objetivo criar uma nova cultura junto à mídia, fazendo-a compreender que a garantia dos direitos de crianças e adolescentes depende também de um trabalho de qualidade envolvendo os meios de comunicação. Ao produzir materiais informativos de baixa qualidade, a imprensa está na verdade reforçando ideologias e comportamentos que em nada contribuem para a promoção do desenvolvimento e do bem estar social, sendo que estes valores devem ser norteadores da comunicação social e mais especificamente do jornalismo. Muito pelo contrário, ao produzir matérias jornalísticas utilizando termos e expressões pejorativas, a imprensa está na verdade desconstruindo o trabalho que vem sendo realizado há anos pelo sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, sistema formado por instituições, sejam elas públicas ou privadas, que militam diretamente com a causa.

2.2 Nota Infância em Foco

Em casos mais extremos de violação dos direitos de crianças e adolescentes pela mídia sergipana, o projeto Infância em Foco emite a Nota Infância em Foco, que é uma intervenção mais elaborada, em que a equipe de comunicação do projeto presta esclarecimentos sobre o conteúdo textual sobre determinadas matérias veiculadas na mídia sergipana. No dia 23 de agosto de 2012, por exemplo, foram emitidas duas Notas Infância em Foco sobre matéria veiculada no Jornal do Dia intitulada 'Decisão do STJ sobre menor infrator divide opiniões' e sobre matéria publicada no jornal Super Popular intitulada 'Lobos na pele de Cordeiro'.

Na primeira nota, referente à matéria do Jornal do Dia, a principal análise realizada pelo projeto foi o fato de, para a construção da matéria jornalística sobre um tema de grande relevância social, como as medidas socioeducativas e os adolescentes em conflito com a lei, ter sido ouvida apenas uma fonte de informação: um delegado de polícia. Karam (1997) afirma que o jornalismo deve expressar as pluralidades sociais, por isso, uma matéria jornalística, para ser considerada de qualidade, deve consultar o maior número de envolvidos possível. Um jornalista que consulta apenas uma das partes envolvidas no acontecimento dificilmente poderá produzir um texto imparcial, completo, plural, o que acarretará em uma visão reduzida e tendenciosa sobre o assunto. A seguir, um trecho da Nota Infância em Foco referente à matéria do Jornal do Dia:

A diversidade de fontes de informação é considerado um indicador de qualidade do texto jornalístico em dois aspectos: o moral, caracterizado pelo respeito à pluralidade de pontos de vista sobre os mais diversos assuntos, sobretudo quando trata-se de um tema polêmico; e o cognitivo, relativo à diversidade de pontos de vista, que aprofunda a participação e a análise dos problemas. Assim, ouvir mais de um conceito e opiniões diversas, além de não tornar a notícia tendenciosa, permite ao leitor avaliar a discussão por meio de opiniões opostas sobre determinado tema. (Nota Infância em Foco I, 2012)

A segunda Nota Infância em Foco, veiculada no mesmo dia, foi referente a uma matéria produzida pelo jornal semanal Super Popular, que fazia uma relação direta de problemas enfrentados por algumas escolas de Aracaju e a presença de estudantes egressos do sistema socioeducativo nas mesmas, ou seja, a matéria indicava que certas escolas da capital sergipana passaram a ter problemas depois que começaram a ser frequentadas por adolescentes que tiveram passagem pelo Centro de Atendimento ao Menor (Cenam), unidade destinada ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei. Esta Nota foi bem mais complexa que a anterior e buscou apontar alguns desvios cometidos pelo jornalista, como a falta de contextualização dos fatos; a tentativa de culpabilizar os adolescentes por problemas estruturais nas escolas; a maneira discriminatória como os adolescentes egressos foram retratados; a falta de fontes oficiais e de pluralidade de fontes ouvidas; o aspecto sensacionalista do texto, entre outros fatores. Abaixo, um trecho da nota:

Outro aspecto problemático na abordagem da matéria diz respeito à

ressocialização dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas. Quando afirma que “os meninos do CENAM foram colocados ali para estudar e desfrutar do contato com outras pessoas”, a reportagem sugere que a convivência dos egressos do CENAM com outros jovens e pessoas da comunidade é *umbeneficiado* aos adolescentes, quando esse direito está previsto no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, bem como no Artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Lei 12.594, de janeiro de 2012, que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em seu artigo 82, tornou obrigatória a reinserção dos egressos de unidades socioeducativas na escola. (Nota do Infância em Foco II, 2012).

Sobre o real alcance das ações realizadas pelo Clipping SE, seria precipitado afirmar algo, pois, para isso, seria preciso um maior embasamento, talvez uma pesquisa realizada junto aos veículos de comunicação para saber qual a real percepção que os mesmos e os profissionais de comunicação têm sobre a iniciativa do projeto Infância em Foco. Mas isso não tira o mérito do projeto, que tem como principal objetivo sensibilizar a mídia e a população sobre temáticas referentes ao universo infanto-juvenil.

De acordo com Wolf (1995), as pessoas estão participando de interações sociais cada vez mais complexas e uma das formas encontradas pelas mesmas para entrar em contato com diferentes espaços sociais é através da mídia. Por isso, caso a mídia não esteja qualificada para promover esse espaço de forma positiva, a percepção das pessoas acerca de determinados assuntos será conduzida de forma equivocada e tendenciosa. Assim sendo, o projeto Infância em Foco, ao tentar capacitar a mídia para uma cobertura mais cidadã das questões referentes às crianças e aos adolescentes, está também tentando provocar mudanças na percepção que a própria sociedade tem sobre essas questões, promovendo novos posicionamentos, novos olhares, novos parâmetros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em mídia e acesso à informação ou em limites para o trabalho dos profissionais de comunicação, a discussão sempre levanta questões polêmicas e com pontos de vista divergentes, que estão longe de formar um consenso. A linha que separa o direito à informação e o direito à privacidade não é tão clara e essa falta de clareza pode vir a confundir o trabalho dos profissionais da mídia em alguns aspectos. Mas é certo também que o direito à informação não pode ser uma justificativa para ações abusivas das empresas de comunicação e de jornalistas que estão, em alguns casos, descomprometidos com o bem estar da sociedade, preocupando-se apenas com a espetacularização das notícias e com os índices de audiência ou com as tiragens do jornal.

Outro ponto importante levantado pela pesquisa é a falta de capacitação por parte dos profissionais de comunicação para lidar com os temas envolvendo crianças e adolescentes. Talvez seja preciso rever o currículo das universidades para que a formação proporcionada pelas mesmas esteja de acordo com as necessidades sociais e de mercado, assim como também é importante rever se as próprias empresas jornalísticas procuram preencher essas lacunas que não foram preenchidas pelas universidades, proporcionando a capacitação continuada dos seus profissionais, melhoria na cobertura jornalística e, conseqüentemente, melhoria na qualidade do jornal.

É senso comum que o profissional do jornalismo precisa, antes de tudo, ser um generalista, pois ele recebe diariamente pautas referentes a temas diversificados e deve produzir matérias sobre esses temas, independente da sua afinidade com a área. Soma-se a isso o fato de o jornalista, geralmente, ter um tempo reduzido para produzir um número elevado de notícias. Por isso, questões relacionadas à rotina jornalística também devem ser colocadas em pauta quando se fala em reformar políticas públicas referentes à comunicação social ou quando se fala em capacitação dos profissionais da comunicação, pois é preciso que o jornalista tenha melhores condições de trabalho para que ele desenvolva de maneira positiva a sua função de promotor do bem estar social.

E, é claro, é interessante também pensarmos no papel que a própria sociedade tem na problemática que foi levantada por esse artigo. As empresas de comunicação estão inseridas na sociedade e, por isso mesmo, muitas vezes refletem os preconceitos e ideologias existentes na mesma. Ou seja, ao mesmo tempo que devemos apontar quais as falhas da cobertura noticiosa realizada pelas empresas de comunicação, precisamos saber em que aspecto compactuamos com isso, pois, para que essa indústria da informação exista é preciso que haja pessoas que consumam a mercadoria produzida. Existe um mercado consumidor que mantém as indústrias de comunicação. Talvez se a população fosse mais consciente do seu papel no processo de produção de notícias, os profissionais e empresas de comunicação se empenhassem mais na publicação de jornais ou na veiculação de programas de TV com maior qualidade, que prezassem mais pela cidadania e menos pelos lucros.

Será que a sociedade, ao comprar o jornal sensacionalista ou ao assistir o programa de TV policiaisco, não contribui para reafirmar esses valores negativos que violam os direitos de crianças e adolescentes. Essa é outra questão que deve ser motivo de reflexão. Mas, apesar dos questionamentos, deve-se reconhecer que a mídia tem grande relevância na cobertura noticiosa envolvendo a criança e o adolescente, seja em acontecimentos em que eles são vítimas ou agressoras. É por meio dos meios de comunicação que muitos casos de abuso ou de violação de direitos são levados a público, por esse motivo a imprensa deve ser vista como uma aliada da população, por configurar um dos principais canais de acesso a informações e acontecimentos que acontecem em âmbito local, nacional ou mundial. O que se questiona não é o papel da mídia, mas como ela vem desenvolvendo esse papel.

4. BIBLIOGRAFIA

ANDI. Infância e comunicação: Referências para o marco legal e as políticas públicas. Brasília, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf> Acesso em 24.jun.2013, às 16h29.

KARAM, Francisco José Castilhos. Jornalismo, ética e liberdade. São Paulo: Summus, 1997.

Nota do Infância em Foco I em: <<http://www.institutorecriando.org.br/ler.aspx?id=14858&titulo=Clipping>>. Acesso em 24.jun.2013, às 13h08.

Nota do Infância em Foco II em : <<http://www.institutorecriando.org.br/ler.aspx?id=14859&titulo=Clipping>> Acesso em 24.jun.2013, às 13h19.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Presença, 1995.

[1] O termo 'clipear' faz referência à expressão *clipping*, expressão que vem da língua inglesa e é muito utilizada para definir o processo de seleção de notícias realizados geralmente por profissionais da comunicação. Quem faz o *clipping* não costuma selecionar qualquer notícia, delimitando um universo de temas que são do seu interesse. Após a seleção das notícias, costuma-se recortá-las e colá-las em um livro que geralmente contém outros recortes de notícias do mesmo tema.

[2] Banco de dados contendo o endereço de e-mail de um grande número de pessoas geralmente utilizado pela mídia ou por assessorias de comunicação quando é necessário enviar informações para um grande número de pessoas.

[i] Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Sem vinculação a grupos de pesquisa.

E-mail: Fonseca.ethiene@gmail.com